



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRIMEIRA CÂMARA DE 18/04/17

ITEM Nº20

PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER

20 TC-002337/026/15

Prefeitura Municipal: Gália.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): Newton Rodrigues Freire.

Advogado(s): Rogério Aparecido Ribeiro (OAB/SP nº 170.098) e Gustavo Gaya Chekerdemian (OAB/SP nº 172.524).

Acompanha(m): TC-002337/126/15.

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-4 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-4 - DSF-II.

RELATÓRIO

Em exame as contas do PREFEITO MUNICIPAL DE GÁLIA, referentes ao exercício de 2015. À vista das falhas anotadas pela Unidade Regional de Marília - UR-4 (fls.6/17) apresentou o Responsável, Sr. Newton Rodrigues Freire, após notificação (fl.19), os seguintes esclarecimentos (expediente TC-000029/004/17 - fls.22/274):

8 - A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL:

- O Município não criou o Serviço de Informação ao Cidadão.

Defesa - A alegação de falta de regulamentação da matéria pela Municipalidade não merece prosperar, pois as leis federais pertinentes são auto aplicáveis, cabendo ao Município apenas disponibilizar mecanismos para que a população possa pesquisar e encontrar todos os dados referentes aos atos praticados. Nesse sentido, a administração colocou à disposição da população em seu site <http://www.galia.sp.gov.br> o Portal da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Transparência, que já fornecia as informações básicas exigidas pelos artigos 8º, §1º e 9º, ambos da aludida lei de transparência pública. "A prefeitura de Gália trata-se de pequena comunidade com aproximadamente 7.000, sendo que a administração muito próxima à população, e todas as informações solicitadas se não atendidas prontamente, em poucos dias o são. Porém, para atender a legislação vigente, também no decorrer do exercício de 2015, disponibilizou em seu site, além do Portal da Transparência, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, conforme pode ser verificado abaixo: (captura da tela). Outrossim, visando o melhor controle de todas as ferramentas colocadas a disposição da população, e visando garantir o controle do acesso a informação no município de Gália, a lei complementar municipal n. 21 de 01 de janeiro de 2017, artigo sexto, letra 'c', criou a função de confiança de 'Responsável pelo Acesso a Informação e Transparência', encarregado de cuidar, fiscalizar e informar de toda e qualquer informação pretendida pela população junto a administração local, o que, deveras, acaba por regulamentar a matéria em âmbito Municipal" (sic).

9 - CONTROLE INTERNO:

- O sistema de Controle Interno não foi regulamentado e o responsável não apresentou relatórios periódicos.

Defesa - A Municipalidade regulamentou o Controle Interno por meio da Lei Complementar nº 21, de 17 de janeiro de 2017, que criou em seu artigo 6º, "b", a função de confiança de "Responsável pelo Controle Interno" a ser exercida por funcionário efetivo. Antes mesmo da regulamentação, o controle já era realizado por um funcionário de carreira, que elaborava relatórios bimestrais, com avaliação do cumprimento das metas previstas, da execução dos programas de governo e do resultado da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme documentação anexa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

11 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS:

- Serviços de saneamento básico executados pela SABESP, sem a formalização de ajuste.

Defesa - "Em verdade, inicialmente é bom esclarecer que o município não tem a mínima condição de assumir a responsabilidade pelo serviço de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgotos. Dependemos 100% da SABESP. Foi somente no final do ano de 2.013 que conseguimos a aprovação da Lei Municipal 2.233/2013 autorizando o executivo a assinar convênio com a SABESP. No entanto, desde tal data a SABESP vem solicitando a alteração de referida lei, seja para acrescentar dados, seja, para exigir garantias do município, se negando a assinar o contrato, muito embora tenha o município de Gália atendido todas as exigências feita pela mesma até o presente momento visando implementar o contrato. Uma das últimas exigências feitas pela SABESP ao município para assinatura do contrato no final do ano de 2015 foi à feitura de uma lei complementar municipal n.01/2016, comprometendo-se a dar como garantia a SABESP pela prestação dos serviços, a quota recebida pelo município do ICMS a que se refere o artigo 158, IV e parágrafo único, II, da CF, para pagamento direto das contas de água, caso o município fique inadimplente, projeto este enviado para apreciação dos Nobres Vereadores locais em data de 19 de julho de 2016, que se encontra até esta data na Câmara Municipal para votação. A questão, pois, está em vias de ser sanada e a SABESP continua a prestar o serviço, eis que, como dito, se assim não fosse, a situação passaria da normalidade para a calamitosa".

12 - ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES DO TCESP:

- Desatendimento a recomendações desta Casa.

Defesa - "A Auditoria destacou o atendimento parcial às recomendações deste Tribunal. Tais alegações improcedem, pois como amplamente comprovado, a Municipalidade não tem medido esforços no sentido de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

atender as recomendações desta Nobre Casa, editando leis e solucionando problemas. Nos itens próprios foram feitas todas as justificativas necessárias, juntando-se inúmeros documentos comprobatórios dos fatos, onde o município vem se esforçando ao máximo para dar atendimento as recomendações desta Corte, com argumentação individualizada, item a item. Por fim, como se pode observar na vasta argumentação que se faz presente nesta peça, a Administração atendeu a todas as recomendações e vem atendendo com as demais" (sic).

Dispensada a instrução, o d. **Ministério Público de Contas** (fls.277/278) opinou pela emissão de parecer favorável, propondo que se firmem recomendações¹.

Pareceres anteriores:

Exercício	Processo	Parecer
2014	TC- 000245/026/14	Favorável – Segunda Câmara – DOE 22/03/2016
2013	TC-001772/026/13	Favorável – Primeira Câmara – DOE 07/02/2015
2012	TC-001704/026/12	Favorável – Segunda Câmara – DOE 01/05/2014

É o relatório.

GCECR

CMB

¹ Para que a Administração Municipal aprimore a gestão nos seguintes pontos: **Item 8** - providencie a implantação do Serviço de Informação ao Cidadão, garantindo a transparência passiva conforme estabelece o art. 9º, da Lei 12.527/2011; **Item 9** - adote medidas concretas para o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno, desde a designação de apenas servidores efetivos para o Setor, até a elaboração periódica de relatórios, disponibilizando-os à fiscalização deste Tribunal, em cumprimento ao art. 74 da Constituição Federal e ao art. 35 da Constituição Paulista; **Item 12** - atenda as recomendações do Tribunal, sob pena de, no caso de reincidência sistemática no descumprimento de normas legais, ter suas contas rejeitadas, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104 da LCE 709/1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TC-002337/026/15

VOTO

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	25,87%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, art. 21, caput e §2º	100,00%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	61,92%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	50,04%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	27,28%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, §2º, I	Atendeu ao limite	7%
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19	Existente	
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/10, art.18	Existente	
População	6.730 habitantes	
Execução Orçamentária	Déficit –0,80%	
Encargos Sociais (INSS, PASEP e FGTS)	Parcial*	

* Parcelamento, em 23/12/2015 das competências de agosto a outubro (R\$ 260.945,57) em treze vezes.

ÍNDICE	ASSUNTO	RESULTADO
i-AMB	Índice Municipal do Meio Ambiente: Infraestrutura, Contingenciamento, Resíduos Sólidos, IQR, Programa Ambiental, Plano Municipal de Saneamento.	A
i-CIDADE	Índice Municipal de Cidades Protegidas: Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL)	C
i-EDUC	Índice Municipal de Educação: Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.	C+
i-FISCAL	Índice Municipal de Gestão Fiscal: Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.	B+
i-GOV TI	Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação: Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.	C+
i-PLANEJAMENTO	Índice Municipal do Planejamento: Investimento, Pessoal, Programas e Metas.	B+
i-SAÚDE	Índice Municipal da Saúde: Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.	A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

RESULTADO DO IEGM- Índice de Eficiência da Gestão Municipal = B+

A Altamente Efetiva	B+ Muito Efetiva	B Efetiva	C+ Em fase de adequação	C Baixo nível de adequação
-------------------------------	----------------------------	---------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

Os resultados obtidos pelo Município, definidos no momento da emissão dos pareceres favoráveis dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, bem como sua qualificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e o volume de receitas arrecadas pela Prefeitura, permitiram a realização de procedimento fiscalizatório seletivo² nas contas do exercício em apreciação.

Nesse contexto, verificou-se a aplicação do equivalente a 25,87% da receita resultante de impostos (artigo 212 da CF³) e 61,92% dos recursos do FUNDEB foram destinados à valorização do magistério, de acordo, portanto, com o disposto no artigo 60, inciso XII, do ADCT⁴.

Houve, ainda, a utilização da integralidade do montante advindo do FUNDEB, no

² Conforme previsto no artigo 1º da Resolução nº 01/2012 e no TC-A-39.686/026/15.

³ **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

⁴ **Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições:

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

período examinado, como previsto no artigo 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/07⁵.

A correta aplicação dos recursos destinados ao ensino se reflete no atingimento da meta do IDEB em 2015⁶:

Município	Anos iniciais (4ª série/ 5º ano) ⁷									
	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2009	2011	2013	2015		2009	2011	2013	2015	2017
Gália	6.0	5.5	6.3	6.7		6.2	6.4	6.6	6.9	

Porém, o índice i-EDUC do IEGM atribuído ao Município, "C+ - Em fase de adequação" revela a necessidade de melhorias nessa área, notadamente no que concerne à atuação do Conselho de Alimentação Escolar, que não tem elaborado atas que atestem as condições da cozinha e dos alimentos e o acompanhamento/aceitação do cardápio, bem como à ausência do Plano Municipal de Educação⁸, à falta de um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula, à inexistência de um

⁵ **Art. 21.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

⁶ Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/>

⁷ Não há resultados disponíveis para os anos finais do ensino fundamental.

⁸ Conforme atestado pela Fiscalização o Plano foi aprovado apenas em 28/06/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar e de levantamentos do número de crianças que necessitavam de creches, pré-escola e Ciclo I escolar em 2015.

Sendo assim, recomendo à Origem que providencie a correção dessas impropriedades, visando à melhoria do ensino municipal.

À saúde municipal direcionaram-se 27,28% da receita de impostos, percentual superior ao mínimo exigido pelo artigo 77 do ADCT⁹. E mais, os recursos do setor foram movimentados em contas bancárias próprias do "Fundo Municipal de Saúde", a gestão da área mereceu aprovação do Conselho Municipal de Saúde e foram realizadas as audiências públicas quadrimestrais previstas no artigo 36, § 5º, Lei Complementar nº 141/2012¹⁰.

O Município obteve a nota "A - Altamente Efetiva" no i-SAÚDE do IEGM. Todavia, ainda há espaço para aperfeiçoamento, sobretudo no tocante à falta de controle de tempo de atendimento

⁹ **Art.77.** (...)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

¹⁰ **Art. 36.** O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

dos pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, à inexistência de sistema de controle de ponto eletrônico para os médicos e à ausência do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado.

O reduzido déficit da execução orçamentária (0,80% - R\$ 153.119,38), totalmente amparado no superávit financeiro do exercício anterior, a existência de recursos disponíveis para a cobertura total das obrigações de curto prazo e a ausência de dívida de longo prazo demonstram a observância da responsabilidade fiscal na gestão municipal.

Da mesma forma, as despesas com pessoal e reflexos atingiram 50,04% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de 54% previsto na alínea "b" do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/00¹¹.

De acordo com informações prestadas pela Origem, e *in loco* confirmadas, o Município não possui dívidas judiciais.

Por outro lado, a Fiscalização verificou o recolhimento parcial dos encargos sociais, eis que as competências de agosto a outubro foram parceladas, em 23/12/2015, totalizando o montante de R\$ 260.945,57, a ser pago em treze parcelas. Nesse contexto, verificou-se o pagamento da primeira parcela e a Municipalidade dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária, de modo que a quitação do parcelamento deverá ser objeto de acompanhamento nas próximas inspeções.

¹¹ **Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

O abastecimento e a distribuição de água, bem como a coleta de esgoto, são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante Contrato de Concessão celebrado em 23/04/1980, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da assunção dos serviços pela Concessionária, fixado no dia 1º de maio de 1980. Conforme noticiado pela Fiscalização e pela defesa, em 2013 foi aprovada Lei autorizando o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo e contrato de programa com a SABESP, entretanto, a Companhia colocou como exigência à assinatura do contrato a autorização legal para utilização de cotas do ICMS como garantia, de modo que em 19/07/2016, a Prefeitura encaminhou projeto de lei para apreciação legislativa, que se encontra em trâmite na Câmara. Sendo assim, a matéria deverá ser objeto de acompanhamento nas próximas visitas *in loco*.

Já o recolhimento e a disposição final de rejeitos e resíduos sólidos são realizados de forma direta pela Municipalidade, que, antes de aterrar o lixo, promove tratamento mediante reutilização, aproveitamento, reciclagem ou compostagem.

Nesse sentido, o Município recebeu o conceito "A - Altamente Efetiva" no índice i-AMB. No entanto, ainda há necessidade de se promover melhorias nessa área, notadamente no que concerne à inexistência de plano emergencial com ações e medidas de contingenciamento para períodos de estiagem, provisão de água potável e de uso comum para as redes municipais de ensino e saúde e fornecimento de água potável à população em caso de escassez.

Por fim, os indicadores do IEGM i-CIDADE e i-GOV-IT, que obtiveram, respectivamente, conceitos "C - Baixo nível de adequação" e "C+ - Em



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

fase de adequação", apontam insatisfatórios resultados a demandar advertência à Prefeitura para que promova imprescindíveis ajustes nas áreas de defesa civil e governança de Tecnologia da Informação, voltados à satisfação das deficiências extraídas do exame das respostas ao questionário aplicado à Administração Municipal (questionário e respostas divulgados na página eletrônica deste Tribunal - IEGM).

Nestas circunstâncias, Voto pela emissão de **parecer favorável** às contas do PREFEITO DE GÁLIA, relativas ao exercício de 2015, nos termos do artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 709/93 e do artigo 56, inciso II do Regimento Interno.

Recomendações serão transmitidas pela Unidade Regional de Marília - UR-4 para que a Administração Municipal promova melhorias nas áreas de ensino, saúde, meio-ambiente, cidade (defesa civil) e governança de TI, a partir das deficiências constatadas no questionário do IEGM; aprimore a atuação do controle interno, com a emissão de relatórios periódicos e atente para Instruções e recomendações deste Tribunal.

Aconselhável à Fiscalização verificar, na próxima inspeção, se as medidas noticiadas pela Origem corrigiram os desacertos detectados nos itens Controle Interno e Execução dos Serviços de Saneamento Básico.

GCECR
CMB